

DIREÇÃO-GERAL DA COMUNICAÇÃO

DIREÇÃO B - GABINETES DE LIGAÇÃO

CONDIÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO

Serviços de apoio à organização das atividades de comunicação e de
informação do Gabinete de Ligação em Portugal

COMM/AWD/2018/552

1. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO

1. Ao entregar uma proposta, o proponente obriga-se a aceitar as condições estipuladas na documentação do presente concurso: caderno de encargos, projeto de contrato-quadro e projeto de nota de encomenda. Os documentos supracitados fixam as condições do presente concurso e completam-se mutuamente. Em caso de contradição entre si, cada documento prevalece sobre os outros na ordem indicada nas disposições finais do projeto de contrato-quadro.
2. Pela entrega de uma proposta, o proponente obriga-se a renunciar às suas próprias condições de venda ou de contratação de obras. A apresentação de uma proposta vincula o proponente durante o período de execução do contrato, caso este lhe seja adjudicado.
3. Antes de apresentar a sua proposta, o proponente deve tomar todas as medidas necessárias para avaliar a dimensão e a qualidade do objeto do concurso, bem como as eventuais dificuldades. Ao apresentar uma proposta, o proponente reconhece ter conhecimento dos riscos e contingências inerentes à execução do contrato.
4. O período de validade das propostas, durante o qual o proponente deve manter todas as condições da sua proposta, é de *9 meses* após a data limite de entrega das propostas.
5. O caderno de encargos do contrato e o projeto de contrato-quadro e de nota de encomenda figuram em anexo ao presente convite à apresentação de propostas. O caderno de encargos enumera todos os documentos a anexar à proposta, incluindo os documentos comprovativos da capacidade económica, financeira, técnica e profissional
6. O presente convite à apresentação de propostas não constitui um compromisso por parte do Parlamento Europeu. Este só se torna efetivo a partir da assinatura do contrato com o adjudicatário do contrato. De igual modo, a entrega de uma proposta não confere qualquer direito à adjudicação da totalidade ou parte do contrato. O Parlamento Europeu pode, até que seja assinado o contrato, anular o processo de adjudicação do contrato sem que os candidatos ou proponentes possam exigir qualquer indemnização pelos custos suportados, incluindo eventuais despesas de deslocação. Se for caso disso, esta decisão será fundamentada e comunicada aos proponentes.
7. Os potenciais proponentes serão informados por escrito do seguimento dado à sua proposta.
8. As despesas efetuadas no âmbito da preparação e da apresentação das propostas correrão a cargo dos proponentes e não serão reembolsadas.
9. As propostas serão propriedade do Parlamento Europeu.
10. O seguimento da resposta ao convite à apresentação de propostas implicará o registo e o tratamento de dados pessoais (por exemplo, nome, endereço, CV). Estes dados serão tratados em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 45/2001 relativo à

proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados. Salvo indicação em contrário, as respostas às perguntas e os dados pessoais solicitados são necessários para a avaliação da proposta, em conformidade com as especificações do convite à apresentação de propostas, e serão tratados unicamente pela *Direção-Geral da Comunicação* para estes fins. Se o requerer, o proponente pode obter a comunicação dos seus dados pessoais e retificar qualquer dado pessoal que esteja incorreto ou incompleto. Para qualquer questão relativa ao tratamento de dados pessoais, o proponente pode dirigir-se a *Direção-Geral da Comunicação*. Tem, em qualquer momento, o direito de recurso à Autoridade Europeia para a Proteção de Dados no que respeita ao tratamento dos seus dados pessoais.

2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Os proponentes que desejem obter informações complementares sobre os documentos de concurso devem obrigatoriamente formular os seus pedidos por escrito, antes da data limite de receção das perguntas referida no ponto 3 infra, em <https://etendering.ted.europa.eu/cft/cft-display.html?cftId=3794>.

A entidade adjudicante não responderá às perguntas formuladas oralmente, aos pedidos efetuados depois da data limite ou aos pedidos incorretamente formulados ou enviados.

As perguntas recebidas e as correspondentes respostas serão consignadas numa carta que será transmitida pela entidade adjudicante a todos os proponentes antes da data limite de envio das respostas referida no ponto 3.

3. CALENDÁRIO PREVISTO PARA O CONCURSO

Date limite para a receção das perguntas: 05/09/2018

Data limite para o envio das respostas: 07/09/2018

Data e hora limite para o envio das propostas: 14/09/2018 – 13h00, hora local

Data e hora de abertura das propostas: 21/09/2018 – 10h00, hora local

Data provável de adjudicação do contrato: Outubro de 2018

4. CONTEÚDO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas devem ser obrigatoriamente apresentadas por escrito numa das línguas oficiais da União Europeia.

Cabe, contudo, precisar que a língua de trabalho será o Português e inglês.

A sua proposta deve ser constituída por um original assinado, com todas as páginas devidamente preenchidas e perfeitamente legíveis a fim de eliminar quaisquer dúvidas quanto aos termos e aos dados numéricos.

A proposta deve:

- ser redigida em papel timbrado do proponente;
- ser assinada pelo proponente ou pelo seu mandatário devidamente habilitado;
- ser apresentada para a totalidade do contrato;
- estar expressa em euros;
- ser apresentada no formato original acompanhada de duas cópias eletrónicas em suporte USB, que deverão ser iguais à proposta submetida em papel.

A administração do Parlamento Europeu reserva-se o direito de rejeitar qualquer proposta incompleta, ilegível ou que não respeite o formato solicitado.

A primeira parte da proposta terá como título:

«I – Parte administrativa»

e será composta pelos seguintes níveis intercalares:

A ordem e a numeração dos níveis intercalares deverão ser imperativamente respeitadas.

➤ O nível intercalar 1 intitulado «Estatutos - Agrupamentos» incluirá:

- Os estatutos da empresa mandatada ou de cada empresa se se tratar de um agrupamento de operadores económicos, bem como a sede social, a estrutura do capital, acionistas e suas participações, a composição do seu conselho de administração ou qualquer outro documento oficial que reflita o estatuto jurídico do operador económico.
- Se a proposta for apresentada por um agrupamento de operadores económicos, a ficha de informações sobre os agrupamentos de operadores económicos, que figura no anexo V do caderno de encargos, devidamente preenchida, datada e assinada.

➤ O nível intercalar 2 intitulado «Documentos comprovativos relativos aos critérios de exclusão» incluirá:

- A declaração solene referida no anexo III do caderno de encargos. O proponente selecionado deve fornecer provas documentais para todos os casos de exclusão descritos no mesmo anexo.

Caso o proponente pretenda recorrer à subcontratação, o anexo III deve ser preenchido por todos os subcontratantes, quando o Parlamento assim o exija. Caso uma proposta seja selecionada, e se o Parlamento o exigir, devem igualmente ser fornecidos todos os documentos acima referidos para cada subcontratante proposto. O proponente deve preencher o Anexo VI no que concerne aos subcontratantes.

- O nível intercalar 3 intitulado «Comprovativos relativos aos critérios de seleção» incluirá:

A declaração solene referida no anexo III do caderno de encargos. O proponente selecionado deve fornecer provas documentais para todos os critérios de seleção indicados no mesmo anexo.

A segunda parte da proposta terá como título:

«II – Parte técnica»

e será composta pelos seguintes níveis intercalares:

A ordem e a numeração dos níveis intercalares deverão ser imperativamente respeitadas.

- O nível intercalar 1 intitulado «Documentação técnica» incluirá:

– Todos os documentos relativos aos aspetos técnicos da proposta que o proponente considerar oportuno apresentar.

- O nível intercalar 2 intitulado «Caso de Estudo » incluirá:

– O conjunto de documentos relativos à simulação que o proponente considere apropriado - amostras, catálogos e outra documentação que o proponente considere oportuno apresentar.

A terceira parte do dossiê terá como título:

«III – Parte financeira»

e será composta por um único nível intercalar, incluindo todos os documentos relativos ao aspeto financeiro da proposta, com a menção do montante total desta última e, quando necessário, do conjunto dos montantes unitários, acompanhada das listas de preços.

A ordem e a numeração dos níveis intercalares devem ser respeitadas.

5. PRAZO E MODALIDADES DE ENVIO DAS PROPOSTAS

1. A data e a hora limite de envio das propostas é 14/09/2018 às 13h00, hora local.
2. Os proponentes podem optar por uma das seguintes formas de envio das propostas:
 - a) quer por via postal (carta registada ou equivalente) ou por serviço privado de entrega, até à data-limite acima indicada, fazendo fé o carimbo do correio ou a data do recibo de entrega, para o seguinte endereço:

PARLAMENTO EUROPEU
Gabinete de Ligação em Portugal
Largo Jean Monnet, 1-6º
P-1269-070 Lisboa

- b) quer por entrega direta no pelo próprio ou por um representante do proponente, até à data e hora de Lisboa acima fixadas. A entrega da proposta é comprovada por recibo datado e assinado em duplicado pelos serviços do Gabinete de Ligação em Portugal do Parlamento Europeu. A data e a hora indicadas no recibo farão fé. O horário de funcionamento onde as propostas devem ser entregues é o seguinte:

De segunda a sexta-feira, das 9h00 às 17h30,
Encerrado ao sábado, domingo e dias feriados em Portugal.

O Parlamento Europeu não pode garantir a receção das propostas enviadas por qualquer meio fora do horário de abertura do serviço acima indicado.

O Parlamento Europeu não pode ser responsabilizado por não comunicar aos proponentes as eventuais alterações do horário dos seus serviços, ocorridas após o envio da documentação do concurso. Os proponentes interessados devem informar-se da validade do horário indicado antes da entrega direta de uma proposta.

3. As propostas que não respeitem os prazos de envio indicados nas alíneas a) e b) supra serão declaradas não conformes.
4. A fim de preservar a confidencialidade e a integridade das propostas, estas devem ser enviadas em envelope duplo, ambos fechados. O proponente é convidado a utilizar o anexo VIII do caderno de encargos a fim de facilitar a transmissão da sua proposta junto do serviço competente do Parlamento Europeu. Os sobrescritos interior e exterior conterão:

- o nome e endereço do serviço destinatário:

PARLEMENTO EUROPEU
Direção Geral da Comunicação
Gabinete de Ligação em Portugal
Largo Jean Monnet, 1-6º
P - 1269-070 Lisboa

- a referência do concurso:

COMM/AWD/2018/552

- e a seguinte menção:

NÃO DEVE SER ABERTO PELO SERVIÇO DE CORREIO NEM POR PESSOAS NÃO HABILITADAS

Consoante o volume da proposta, o termo "sobrescrito" pode entender-se igualmente como embalagem, saqueta, caixa e outras formas de acondicionamento; as dimensões e o peso dos invólucros devem confinar-se o mais possível, às dimensões do seu conteúdo real.

Em qualquer caso, e independentemente do tipo de embalagem utilizado, os proponentes devem velar pela qualidade dos sobrescritos ou da embalagem utilizados para o envio da sua proposta, a fim de evitar que cheguem rasgados e não garantam assim a confidencialidade nem a integridade do seu conteúdo.

Se forem utilizados sobrescritos autocolantes, estes devem ser fechados com fita adesiva, sobre a qual será aposta a assinatura do remetente. Considera-se assinatura do remetente quer a assinatura manuscrita quer a assinatura e o carimbo da sua empresa.

As propostas cuja confidencialidade não tenha sido possível preservar antes da abertura comum das propostas serão automaticamente rejeitadas.

O sobreescrito exterior terá igualmente o nome ou a firma do proponente, bem como o endereço exato onde este poderá ser informado do seguimento dado à sua proposta.

O sobreescrito interior deverá conter dois sobrescritos fechados, um com a parte técnica e outro com a proposta financeira. O conteúdo de cada um destes sobrescritos deverá estar claramente identificado ("Parte técnica" e "Proposta financeira").

6. ABERTURA DAS PROPOSTAS

A abertura das propostas terá lugar no Gabinete de Ligação do Parlamento Europeu em Lisboa, Largo Jean Monnet, 1-6º, 1269-070, Lisboa, no dia 21/09/2018, às 10h00 (hora local).

Roga-se aos proponentes interessados em assistir à abertura das propostas que o comuniquem, sob pena de lhes ser automaticamente recusado o direito de acesso à abertura das propostas, até dois dias úteis antes da data de abertura das propostas, por correio para o seguinte endereço: Gabinete de Ligação do Parlamento Europeu em Lisboa, Largo Jean Monnet, 1-6º, 1269-070, Lisboa; ou por correio eletrónico para o seguinte endereço de correio eletrónico: eplisboa@ep.europa.eu, limitando a sua representação a duas pessoas. Os nomes das pessoas que assistirão à abertura das propostas deverão ser indicados na comunicação acima referida.

7. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Parlamento Europeu comunicará, simultânea e individualmente, por via eletrónica, a todos os proponentes eliminados, que a sua proposta não foi selecionada. O Parlamento indicará em todos os casos os motivos que estiveram na origem da rejeição da proposta e as espécies de recurso disponíveis.

Simultaneamente com a notificação das propostas rejeitadas, o Parlamento Europeu comunicará ao adjudicatário a decisão de adjudicação do contrato, precisando que esta não constitui um compromisso por parte da Instituição. O contrato só poderá ser assinado

- 15 dias após o dia seguinte à data de notificação simultânea das decisões de rejeição e de adjudicação se tais decisões forem notificadas por correio normal.
- O período é reduzido para 10 dias se forem utilizados meios eletrónicos para o envio das notificações acima referidas.

Em qualquer caso, a decisão de adjudicação só será definitiva quando o proponente selecionado apresentar os documentos comprovativos exigidos relativos aos critérios de exclusão e de seleção referidos nos pontos 13 e 14 do caderno de encargos e se estes forem

aceites pelo Parlamento Europeu. Tal aceitação será sempre comunicada por escrito e permitirá a assinatura do contrato pelo proponente selecionado no termo do prazo estipulado de 15 (ou 10, em caso de utilização de meios eletrónicos) dias.

Os proponentes não selecionados que não se encontrem em situação de exclusão e cuja proposta esteja conforme com os documentos de concurso poderão obter informações complementares sobre os motivos da rejeição da sua proposta mediante pedido por escrito, enviado por carta, fax ou correio eletrónico. Apenas os concorrentes que tenham apresentado uma proposta admissível poderão solicitar as características e as vantagens relativas da proposta selecionada, bem como o nome do adjudicatário. Todavia, a comunicação de determinados dados pode ser omitida sempre que constitua um obstáculo à aplicação da lei, seja contrária ao interesse público ou prejudicial aos interesses comerciais legítimos de empresas públicas ou privadas ou possa prejudicar a concorrência leal entre essas empresas.

8. SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO

Se necessário, após a comunicação dos resultados e antes da assinatura do contrato, o Parlamento Europeu poderá suspender a assinatura do contrato para proceder a um exame complementar sempre que os pedidos ou comentários formulados por proponentes rejeitados ou lesados, ou qualquer outra informação relevante recebida, o justifiquem. Os pedidos, comentários ou informações em questão deverão ser recebidos no prazo de 10¹ dias após o dia seguinte à data de notificação simultânea das decisões de rejeição e de adjudicação ou, se for caso disso, da publicação do anúncio de adjudicação do contrato. Em caso de suspensão, todos os proponentes serão informados no prazo de três dias úteis subsequentes à decisão de suspensão.

Após os exames complementares efetuados por força da suspensão do procedimento, o Parlamento Europeu poderá confirmar a sua decisão de adjudicação, alterá-la ou, se necessário, anular o procedimento. Qualquer nova decisão terá de ser fundamentada e comunicada, por escrito, a todos os participantes no concurso.

¹ O prazo será de 15 dias se os proponentes forem informados por correio.